

NOTÍCIAS

Alumni IESE reúnem-se no CCB

AESE nos European Enterprise Promotion Awards 2014

Boletim da Capelania

«Rendere amabile la verità»: estudar os problemas | Parte 3

PANORAMA

Os cuidados paliativos estão subdesenvolvidos na maior parte do mundo

Como alimentar a população, sem decidir o menu

Mais ajudas para estudar nos campus norte-americanos

“La venganza de la geografía”

DOCUMENTAÇÃO

Os custos sociais da pornografia

Mitos modernos sobre o desejo sexual

AGENDA

Rendibilidade de Clientes
Lisboa, 22 e 23 de setembro de 2014

4º Torneio de Golf Alumni AESE Konica Minolta
Belas Clube de Campo, 5 de outubro de 2014

Gerir a agenda
Lisboa, 14 e 15 de outubro de 2014

Assembleia Alumni AESE “De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento”
Centro de Congressos do Estoril, 17 de outubro de 2014

GAIN
Lisboa, 21 de outubro de 2014

Finanças para Não-Financeiros
Lisboa, 10, 17, 24 de novembro e 1 de dezembro de 2014

[Lisboa, 10 de julho de 2014](#)

[Alumni da AESE participam no encontro](#)

Alumni IESE reúnem-se no CCB

A IESE Alumni Association realizou um encontro a 10 de julho, no CCB, onde juntou uma série de personalidades do mundo empresarial para debater o tema "A situação económica de Portugal no período pós troika".

No colóquio, moderado pelo jornalista Camilo Lourenço, entrevistaram Juan José Toríbio, do IESE, Francisco Lacerda, Presidente dos CTT e Fernando Ulrich, CEO do Banco BPI.

Para além da qualidade das intervenções, adaptadas à atual situação portuguesa, os cerca de 50 Alumni da AESE presentes, tiveram oportunidade de conviver entre si e com os colegas do IESE, numa manifestação do grande envolvimento e cooperação existentes entre as duas associações de Alumni.



Após o jantar, a sessão foi encerrada pelo Ministro da Economia, António Pires de Lima, que deixou uma mensagem positiva relativamente ao futuro da economia portuguesa. ■

Lisboa, 25 de junho de 2014

Empreendedorismo



AESE nos European Enterprise Promotion Awards 2014

NAVES – Novas Aventuras Empresariais, participou, a 25 de junho, na entrega dos Prémios Europeus de promoção Empresarial / European Enterprise Promotion Awards 2014, ficando classificada em 2º lugar no Prémio Nacional, na categoria “Investimento nas Competências Empreendedoras”.

Esta iniciativa do IAPMEI, do Governo de Portugal e da Comissão Europeia, contou com a colaboração da AESE e da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve.

Prémios Europeus de Promoção Empresarial (European Enterprise Promotion Awards – EEPA) ◻



Prof. José Ramalho Fontes (AESE), Miguel Cruz, (IAPMEI) e Celeste Hagatong (BPI)

[Capelania, julho de 2014](#)

[Discurso do Prof. Raul Diniz sobre D. Álvaro del Portillo](#)

«Rendere amabile la verità»: estudar os problemas | Parte 3

“D. Álvaro falou, investigou e escreveu, sobretudo, sobre temas pastorais, ascéticos, teológicos e canonísticos, com especial incidência no laicado, mas não deixaria de nos recordar, pelo menos, duas coisas que referirei brevemente: trabalho e unidade de vida.

1. Dar a conhecer à sociedade contemporânea o sentido do trabalho e da sua dignidade.

O trabalho humano é a chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social, como afirmou João Paulo II na *Laborem exercens* (3).

O trabalho é, antes de mais, dom de Deus e, como tal, para o homem constitui uma vocação. Testifica a dignidade da criatura racional e do seu domínio sobre a criação; contribui para o enriquecimento da personalidade, para o verdadeiro progresso da humanidade e é vínculo de união com os outros

homens.

«Tendo sido assumido por Cristo (trinta anos de carpintaria...), torna-se atividade redimida e redentora: não é apenas o âmbito no qual o homem vive, mas meio e caminho de santidade, realidade santificável e santificadora», como diria S. Josemaría.

O trabalho, nesta perspetiva, mostra potencialidades inexploradas e coloca-se como fator ativo de desenvolvimento espiritual. O trabalho é fator de riqueza imaterial também.

Quando o homem descobre que o trabalho é um dos âmbitos principais ao qual é chamado por Deus para oferecer o próprio contributo na configuração histórica do plano divino, quando o vê como cumprimento da sua vocação no mundo, o seu esforço quotidiano assume expressão do seu amor por Deus e pelos outros. E «o Criador





deu-nos o amor como expressão do nosso rosto humano» (S. Gregório de Nissa).

O trabalho profissional surge como espaço criativo no qual a vocação universal à santidade se alimenta e desenvolve: nas contrariedades, nos problemas, nos êxitos... que acompanham o trabalho. É a santificação ab intra da família, da empresa, da política... para que a lei estruturadora do Reino – a caridade – enforme todas as realidades do mundo, em ondas concêntricas.

Deus procura-nos e espera-nos no trabalho, na família, na cidade, nas alegrias e nas penas, nos acontecimentos da vida diária. «Ou sabemos encontrar o Senhor na nossa vida corrente, ou não O encontraremos nunca» (S. Josemaría, Temas atuais do cristianismo). A quotidianidade é uma das características do espírito que o Opus Dei difunde.

2. A nossa época necessita superar a separação entre vida cristã e trabalho e daí a importância da unidade de vida. Não deixar esfumar-se o horizonte teologal

da vida com a fratura entre o ser e o agir, entre as ocupações temporais e a vida espiritual, entre trabalho e oração. Entre estas realidades não deve haver apenas um armistício, mas uma fusão. Para receber a graça, para crescer na santidade, o cristão tem de meter-se na atividade, no trabalho, que é a sua matéria de santificação. O trabalho alimenta a oração e a oração derrama-se no trabalho.

O trabalho, enquanto serviço ao homem e à sociedade, com as mais altas exigências de profissionalismo que o distinguem, torna-se oração grata a Deus.

Tudo, mesmo as realidades mais prosaicas, exceto as desonestas, é transformável em oração, uma oração vital, que inclui o corpo e o espírito e a própria atividade.

Para isto, há uma primeira condição a respeitar: trabalhar a sério e trabalhar bem, com a máxima perfeição humana possível. É no trabalho que se exercem as virtudes: diligência, laboriosidade, fortaleza, justiça, prudência, veracidade,

confiabilidade, lealdade. Não se aguenta, sem muito sofrimento, uma dissonância cognitiva entre o que se sabe ou acredita e o que se pratica. Como todas as esquizofrenias, as vidas duplas levam-nos, para sobreviver, à «racionalização»... (v. raciocínio, dedutivo ou indutivo). A racionalização é justificativa e, normalmente, inquinada por interesses e paixões.

A fé dá uma visão do mundo e do nosso lugar nele que exige obras: é uma fé integrada. A DSI ajuda a ver as implicações sociais da fé.

Vejamos:

Na empresa trabalham pessoas, portanto, dá emprego e desenvolve profissionalmente, através de um trabalho digno.

A empresa produz bens e serviços: bens que sejam realmente bons e serviços que sirvam realmente. Os clientes não são objetos ou consumidores, mas pessoas. Devem satisfazer necessidades reais e não induzidas. »»

A empresa cria riqueza, com a qual



paga salários, eventualmente juros, dividendos e impostos, e deve olhar pelo seu enquadramento natural e cultural, os stakeholders, com toda a problemática da sustentabilidade.

Os negócios são, por isso, realidades multidimensionais. Não se podem reduzir à maximização do lucro ou ao enriquecimento dos acionistas, como o casamento não se reduz ao sentimento entre os cônjuges, ou a educação a preparar alguém para uma profissão.

A empresa, vista nesta ótica e valor, tem de pôr em primeiro lugar a ética, mesmo que diminua temporariamente os resultados. São os problemas do curto prazo, do longo prazo, mas é, sobretudo, um problema de eterno prazo. Só a perspetiva moral indica o sentido último, definitivo, tanto das nossas ações individuais, como daquelas que afetam a sociedade.

O mercado não é tudo. Há necessidades coletivas e qualitativas que não podem ser satisfeitas através

dos seus mecanismos: existem exigências humanas importantes que escapam à sua lógica; há bens que, de acordo com a sua natureza, não se podem nem se devem vender e comprar (cf. 40).

Não existe apenas mercado, a pessoa humana tem um valor incondicional e é preciso colaborar no desenvolvimento humano integral, onde está incluída a relação entre o homem e Deus, manifestação total da dimensão relacional e social da natureza humana.

Felizmente, raras vezes se exige ao empresário um heroísmo excecional ou uma coragem extrema, mas sim a «heroicidade» das situações quotidianas: o casamento não pode ganhar em santidade, os negócios em honradez, a vida pública em transparência?

O empresário é um homem de ação. Os negócios estão longe do ideal. Que fazer quando confrontado com decisões imorais?

Quando alguém põe o problema do que deve fazer, todos os psiquiatras, orientadores profissionais, psicólogos, coaches, etc., sabem a resposta: «Sê tu próprio! («Dizem-me alguns com olhos doces.../Eu olho-os com olhos lassos,/Há, nos meus olhos, ironias e cansaços...», José Régio, Cântico Negro). Faz o que te disser o coração».

E que acontece se tivermos um coração que não é de fiar?...

Não há muito tempo, tropecei com um anúncio de yogurte que dizia: «Desfruta sem sacrifícios e AMA-TE». A entronização de um egoísmo hedonista, expressiva da hierarquia de valores que nos habitam. Também tinha encontrado, antes das fusões e aquisições que alteraram o mapa bancário, uma instituição que anunciava: «Satisfaz as paixões, a UBP dá-te os milhões». Passámos por estas boçalidades publicitárias, absolutamente anti-valores na sua mensagem. Este amor de si leva à afirmação ilimitada dos interesses próprios e não se deixa condicionar »»



pelas obrigações de justiça. Como pode surpreender-nos o individualismo exacerbado e a anomia social?

O empresário terá de atuar com base nos seus valores. A formação ética não é só para especialistas. O dever é a captação interna das exigências do bem, apresentadas à vontade pela razão. Não se pode banir a moral da vida empresarial em nome de um falso realismo. A economia é radicalmente insuficiente sem a sua subordinação à ética e os custos – materiais e reputacionais – demonstram-no à saciedade.

É preciso regressar ao bem como fim do agir humano, à obrigatoriedade dos ditames de uma consciência bem formada, à auto-transcendência do indivíduo na solidariedade, como empenho desinteressado ao serviço do bem do próximo. Ou seja: back to basics. Isto não são teorias. Deveria ser motivação para a ação. Exige o testemunho das obras.

«A elevação dos pobres – pessoas e países – é uma grande ocasião

para o crescimento moral e mesmo económico de toda a humanidade (28). Ver “The Bottom of the Pyramid” de C.K. Prahalad, “The Impact Investing”, reconhecendo a ligação entre lucro e solidariedade, entre ganho e dom.

O dever moral de orientar a economia para o bem comum impõe a necessidade de uma urgente revisão dos valores dominantes.

Há que alterar os estilos de vida, os modelos de produção e de consumo, as estruturas consolidadas de poder que hoje regem as sociedades (cf. 58).

O homem na sua dignidade de pessoa, no seu valor único e no seu destino eterno, é o núcleo. «... É necessário deixarmo-nos guiar por uma imagem integral do homem, que respeite todas as dimensões do seu ser, e subordine as necessidades materiais e instintivas às interiores e espirituais (cf. 36).»

Os direitos do homem à iniciativa, à propriedade e à liberdade, no

sector económico, não se opõem à necessidade da liberdade económica ser integrada na liberdade total da pessoa, com a sua dimensão ética e religiosa que só o homem tem.

Se a economia não estiver corretamente orientada, se não tiver a pessoa no seu centro, é alienante e opressora.

«... Alienado é o homem que recusa transcender-se a si próprio e viver a experiência do dom de si e da formação de uma autêntica comunidade humana, orientada para o seu destino último, Deus. Alienada é a sociedade que, nas suas formas de organização social, de produção e de consumo, torna mais difícil a realização deste dom e a constituição dessa solidariedade inter-humana» (cf. 91)

A próxima beatificação de D. Álvaro, a 27 de setembro, em Madrid, pode aproximar-nos de Deus. O reconhecimento eclesial da santidade do Fundador do Opus Dei e do seu principal colaborador, é um reconhecimento do caminho

»»



aberto por eles. É uma senda transitável, procurando a Deus no dia a dia e contribuindo para a paz social e um mundo melhor, através do serviço ao próximo, promovendo muitas iniciativas sociais e educacionais, no mundo inteiro.“ ◻

AGENDA



Programa



Programa **GAIN**

Lisboa, 21 de outubro de 2014

[Saiba mais >](#)



Evento **Assembleia Alumni AESE “De Portugal para o mundo: roteiros de crescimento”**

Centro de Congressos do
Estoril, 17 de outubro de 2014

[Saiba mais >](#)



Seminário **Gerir a agenda**

Lisboa, 14 e 15 outubro
de 2014

[Saiba mais >](#)

Eventos



Evento

4º Torneio de Golfe Alumni AESE Konica Minolta

Belas Clube de Campo,
5 de outubro de 2014

[Saiba mais >](#)

Seminário



Seminário

Rendibilidade de clientes

Lisboa, 22 e 23 de setembro
de 2014

[Saiba mais >](#)

Sessão de continuidade



Seminário

Finanças para Não- -Financeiros

Lisboa, 10, 17, 24 de
novembro e 1 de dezembro
de 2014 >

[Saiba mais >](#)

**PANORAMA**

Os cuidados paliativos estão subdesenvolvidos na maior parte do mundo

A Organização Mundial de Saúde (OMS) está consciente de que os cuidados paliativos vão ser cada vez mais necessários devido ao envelhecimento demográfico. Mas hoje só 20 países do mundo (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, região administrativa de Hong Kong, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Polónia, Roménia, Singapura, Suécia, Suíça, Uganda, Grã-Bretanha, EUA) têm atendimento paliativo de qualidade, segundo o «Atlas mundial de cuidados paliativos», realizado pela própria OMS e pela Aliança Mundial de Cuidados Paliativos (WPCA – World-wide Palliative Care Alliance).

Para avaliar quantas pessoas necessitam destes serviços no mundo, o Atlas recorda que os cuidados paliativos não pretendem só aliviar a dor: também se ocupam das necessidades físicas, psicossociais e espirituais dos pacientes com doenças graves e dos familiares que cuidam deles.

Uma consequência do referido anteriormente, é que cuidados paliativos não só se aplicam aos doentes em fase terminal, como aos que têm doenças crónicas e até como estratégia de prevenção.

Na linha das recomendações que fez no ano passado o Congresso

Mundial de Cuidados Paliativos, a OMS pede que se garanta o atendimento paliativo como um direito humano.

Clarificadas estas ideias, a OMS e a WPCA fazem as suas contas: anualmente, pouco mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo necessitam de cuidados paliativos no final da vida, e quase outros 20 milhões precisam deles antes. Mas, em 2011, que é o último ano analisado pelo Atlas, só três milhões receberam esses cuidados, a maioria na fase terminal.

Dos 20,4 milhões de pessoas que deles necessitam no final da vida,

»»



69% têm 60 ou mais anos; 25%, entre 15 e 59 anos; e 6%, são menores de 15 anos. Embora a maioria dos cuidados paliativos seja proporcionada nos países de altos rendimentos, quase 80% das necessidades estão nos países de baixos e médios rendimentos.

Tomando como base um índice realizado em 2006 pelo Observatório Internacional de Cuidados no Final da Vida (IOELC – International Observatory on End of Life Care), a OMS e a WPCA fazem uma classificação de acordo com vários critérios, para avaliar o nível de desenvolvimento dos cuidados paliativos no mundo.

Os países mais atrasados (75 de um total de 234) são aqueles onde não existe atividade de cuidados

paliativos nos hospitais ou noutros centros de saúde. A maioria é de países africanos.

Nos 23 países do segundo nível ainda não existe uma infraestrutura de atendimento paliativa, mas sim alguns serviços básicos. Também se observa um interesse crescente entre as autoridades de saúde e entre alguns médicos que se vão formar fora do país.

O terceiro nível (onde se encontra Portugal) subdivide-se em duas categorias. A inferior, integrada por 74 países, distingue-se porque há poucos centros de cuidados paliativos, sustentados sobretudo graças a donativos privados (Angola, Etiópia, Ruanda, Sudão, Venezuela, Vietname...). A superior, de 17 países, conta com

serviços mais desenvolvidos e apoiados também com financiamento estatal; existem algumas iniciativas para formar especialistas e um acesso maior à morfina.

O quarto nível é o mais avançado, mas também aqui a OMS distingue dois subgrupos. O inferior engloba 25 países que começaram a integrar os cuidados paliativos dentro dos atendimentos normais do sistema de saúde: Espanha, Holanda, Chile, China, Uruguai, Zimbábue, Zâmbia... O outro subgrupo é o dos 20 países (já referidos no início deste artigo) onde a OMS considera que existem os cuidados paliativos bem integrados nos seus sistemas de saúde. ■

**PANORAMA**

Como alimentar a população, sem decidir o menu

Manter em índices aceitáveis os níveis de nutrição populacional dos países em desenvolvimento, pode ser uma verdadeira dor de cabeça para os governos. O que fazer: subsidiar os alimentos de modo geral, ou entregar quotas destes à população, ou dinheiro “para que se defendam”? Talvez dar vales em troca de comida aos realmente necessitados?

Um artigo recente da “The Economist” (“Feeding expectations – Why food vouchers are a policy worth considering in developing countries”, 22.2.2014) analisava os prós e os contras destas opções, nos países onde foram aplicadas. No Egito, por exemplo, os subsídios aos alimentos dupli-

caram entre 2009 e 2012, e muito desse dinheiro foi parar às “pessoas erradas”.

Segundo dados do Banco Mundial, em resultado dos subsídios indiscriminados dos cereais e do pão, 70% dos adultos egípcios têm peso a mais, enquanto que 29% dos menores de cinco anos padecem de atraso no crescimento. Nesse país árabe, assim como no Burkina Faso e nas Filipinas, menos de 20 por cento dos gastos em subsídios beneficiam realmente as famílias pobres.

No outro lado do Atlântico, um caso que fracassou de subsídio generalizado é o de Cuba, onde há meio século existe um cartão

de racionamento que oferece um cabaz mínimo de alimentos a preços muito baixos (açúcar, arroz, feijões, etc.) a toda a população. Tanto os que possuem rendimentos moderadamente altos, como os que necessitam desesperadamente desses produtos para ajudar os seus magros salários, recebem as mesmas quantidades. Consequentemente, os cofres estatais ressentem-se (o país importa 80% dos alimentos) e é fomentado o mercado negro.

No Irão, entretanto, a fórmula escolhida foi a entrega direta de alimentos. Segundo cálculos iniciais, poderiam beneficiar com esta medida 17 milhões de iranianos – depois, esse número foi sendo

»»



encurtado -, a cada um dos quais se oferece um saco de arroz, frango, ovos, azeite e queijo, sem diferenciar entre as necessidades concretas de cada família. Em termos económicos, espera-se que a decisão gere um maior défice, que poderia ultrapassar os 20.000 milhões de dólares em 2015.

As “soluções gerais” na luta contra a fome e a desnutrição, pensadas para que surtam um mesmo efeito em toda a população, correm um maior risco de fracassarem, comparativamente às variantes em que contam as diferenças e uma maior liberdade pessoal de escolha.

Nesta última linha, o modelo da entrega de vales-refeição a lares e comunidades em desvantagem

económica real e documentada, mostrou as suas vantagens: nem se desperdiçam os recursos públicos ou privados destinados à alimentação, nem se evidencia o escândalo do desperdício de alimentos, sempre que as pessoas tomam nas prateleiras o que consideram mais oportuno para a sua nutrição e gostos.

A *web* do Programa Alimentar Mundial ilustra a eficácia desta estratégia no caso de várias localidades do norte do Equador: aí, em 2011, as famílias receberam seis transferências de dinheiro, vales e alimentos, cada uma delas no valor de 40 dólares, ao mesmo tempo que se fizeram cursos sobre nutrição aos quais deviam assistir obrigatoriamente os recetores da ajuda.

Como resultado, constatou-se um impacto positivo das transferências na segurança alimentar, mas a que teve maior êxito foi a variante dos vales. Por um lado, envolve menores custos, comparativamente ao maior gasto que implica a compra, armazenamento, transporte e entrega direta de quotas de alimentos; além disso, os vales possibilitaram uma dieta mais variada, e o seu desenho condicionava os utentes a utilizá-los em alimentos nutritivos.

Por outro lado, o PAM considera que os vales aumentaram a influência da mulher no lar, pois evitam discussões familiares em torno do eventual destino do dinheiro. Com os vales, haveria menos “tentação” de desvio, pois “podem utilizar-se só para alimentos, e nada mais”.





O organismo internacional salienta, contudo, que esta variante assenta num terceiro fator: a necessidade de que os supermercados contem com as provisões e a variedade suficiente de alimentos para responder ao aumento da procura, e que tenham a capacidade de supervisão de modo a cumprirem-se as condições do programa.

A combinação da liberdade de escolha das pessoas que recebem uma ajuda, com a exigência de responsabilidade e o cumprimento de determinadas condições para a receber, pode ser transferível para outros aspetos

da luta contra a pobreza, para lá da segurança alimentar.

O projeto Give Directly (Entrega Direta), patrocinado pela Google e outros doadores, obteve bons resultados no Quênia, tendo beneficiado famílias de 63 aldeias com entregas de 1.000 dólares, em muitos casos sem condições de uso. Segundo foi constatado, os recetores utilizaram o dinheiro, não em bares nem em bordéis, mas em melhorar as condições das suas habitações e, inclusivamente, em pequenos investimentos que já lhes dão rendimento.

Todavia, vários especialistas concedem maior importância aos donativos acompanhados de determinadas condições, como a de enviar os menores para a escola, levá-los regularmente ao médico, vaciná-los, de modo a que a nova geração não fique presa ao círculo vicioso da pobreza. É o tipo de apoio oferecido pelos programas Bolsa Família, no Brasil, e Oportunidades, no México, que conseguiram fazer diminuir os índices de pobreza e analfabetismo nos dois maiores países latino-americanos.



Outra vantagem deste tipo de apoio económico é que, como permite fazer um acompanhamento do destino dos recursos e exigir uma responsabilidade concreta aos recetores, os doadores podem sentir-se motivados a continuar com a ajuda.

E, normalmente, não lhes falta o estímulo. Sarah Baird, da Universidade de Otago, Nova Zelândia, estudou 26 casos de transferências com condições, e seis

onde o beneficiário não tinha de prestar contas dos recursos. Os resultados mostraram naquelas famílias que haviam assumido algum compromisso para obter apoio financeiro ou de outro tipo, a realidade de as matrículas escolares terem aumentado 41 por cento, contra apenas 23 por cento nos outros lares. Por outro lado, onde as condições tinham sido muito estritas, o índice subia para 60 por cento.

Como se pode ver, mais do que lançar dinheiro para um poço sem fundo, para depois suscitar citações bombásticas nas cimeiras internacionais sobre o contributo para superar o subdesenvolvimento, haveria que redefinir os programas de ajuda e envolver os recetores.

A.R. ■



PANORAMA



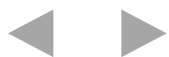
Mais ajudas para estudar nos *campus* norte-americanos

No quadro das suas políticas a favor da mobilidade social, o Presidente Obama pediu a universidades, fundações e organizações cívicas que adotassem medidas concretas para facilitar o acesso à universidade aos filhos de famílias com baixos rendimentos. Agora, num encontro organizado pela Casa Branca, apresentou os compromissos assumidos por estas instituições, recolhidos no plano “A Call to Action on College Opportunity”.

O novo plano divide as ajudas em quatro objetivos. O primeiro é informar melhor sobre as opções que os alunos têm ao seu alcance: aquelas universidades onde o preço das propinas é mais baixo; onde o número de alunos que se formam é maior; onde proporcionam mais facilidades para refinarçar a dívida...

O segundo é incentivar a que mais universidades apadrinhem escolas situadas em bairros po-

bres, uma fórmula que está a dar bons resultados nos EUA e na Grã-Bretanha. Além de apoio financeiro, as universidades contribuem para elevar o nível educativo das escolas com as quais estabelecem acordos.



Dado que nas famílias com menos rendimentos é frequente que os pais e os parentes próximos não tenham estudos universitários, o terceiro objetivo é ajudar os filhos dessas famílias com os trâmites burocráticos e os exames de ingresso na universidade. O último é potenciar as aulas de recuperação no primeiro ano do curso. A experiência de 22 estados que

já oferecem esse apoio na língua inglesa e em matemática, mostra que serve para evitar que esses estudantes abandonem a universidade.

Este plano complementa o que Obama lançou em agosto de 2013 para embaratecer o custo da universidade, cujas propinas cresceram de modo exorbitante nos

últimos anos. O principal objetivo desse plano era premiar as universidades mais rentáveis: ou seja, “as que mantêm baixo o custo das matrículas e, simultaneamente, oferecem um ensino de qualidade”. ■



PANORAMA

“La venganza de la geografía”

“The Revenge of Geography”

Autor: Robert D. Kaplan
 RBA. Barcelona (2013)
 464 págs.
 Tradução (castelhano):
 Laura Martín.

O analista internacional, Robert D. Kaplan, desenvolveu este livro a partir de um artigo publicado, em 2009, em “Foreign Policy”. Poderia dizer-se que é uma crítica de uma certa ideia de globalização, difundida no imediato pós-guerra fria, que implicava também a do fim da história, com o consequente triunfo da democracia liberal e da economia de mercado.

O início do século atual, com a entrada em cena do integrismo islâmico e das rivalidades internacionais na Ásia e no Pacífico, demonstrou ser uma falácia afirmar que com a queda do muro de Berlim se tinham superado as divisões geográficas.

Kaplan mostra-se cético sobre a difusão de ideais universais, pois considera mais determinantes as diferenças de etnia, cultura e religião. De facto, a sua perspetiva é a de um mundo hobbesiano, no qual impera a instabilidade ou a anarquia em regiões pequenas e fracionadas. O mundo kantiano, o das organizações internacionais e da paz universal, estagnou.

Pelo contrário, vivemos num mundo absolutamente determinado pela geografia, e o autor deste livro considera que é útil voltar a ler Halford J. Mackinder, Alfred Mahan ou Nikolas Spykman, com as suas diversas teorias acerca das regiões políticas. Nelas têm um papel destacado os oceanos Índico e Pacífico, e a massa continental euroasiática. No entanto, diversamente de há um século, os exércitos asiáticos não são forças lentas e pesadas, estando dotados da mais moderna tecnologia no quadro de uma corrida de armamentos que a muitos lhes faz recordar o ambiente pré-guerra de 1914. Não faltam, como naquele momento

»»



histórico, os meios de comunicação social sensacionalistas e as ideologias extremistas.

Kaplan conhece as singularidades da área geopolítica do sul da Ásia, ao ponto de não rejeitar a hipótese da fragmentação de fronteiras artificiais como as do Paquistão, Nepal ou Bangladesh, embora o pior dos pesadelos para o autor se chame Paquistão. Mas não menos inquietante resulta a análise no livro da debilidade das fronteiras do Médio Oriente, desde o Líbano ao Iraque, e a artificial configuração territorial da Arábia Saudita e das outras monarquias do Golfo Pérsico.

A tese principal deste apaixonante livro, cheio de referências históricas, é que o processo de globa-

lização pensou ter superado definitivamente a geopolítica, mas a geografia assumiu agora a desforra. Conclui que os EUA devem apostar no realismo político com base no determinismo geográfico, algo que lhes será difícil por não estarem acostumados a ter em conta as limitações naturais impostas pelos mapas. Teríamos de acrescentar que tão-pouco tiveram em conta a história recente ao definirem as suas estratégias no Afeganistão e no Iraque. Em resumo, Kaplan vinca que se Washington insiste em negar as condicionantes da geografia, sobretudo com a arrogância proporcionada pela sua superioridade tecnológica, acabará por ser uma vítima dela.

A. R. R. ■





DOCUMENTAÇÃO



Os custos sociais da pornografia

Quando o consumo de um produto é aditivo, está ao alcance de quem quer que seja e muitas vezes é gratuito, não estranha que se “normalize”. Mas isso não significa que seja inócuo. Na era da Internet, a pornografia invadiu não apenas os computadores, como também as mentes de muitos. Está a ter custos em termos de saúde mental, tensões nos casais e depreciação da sexualidade.

O Whitherspoon Institute, em conjunto com o Institute for the Psychological Sciences e o Social Trends Institute, começou a organizar há alguns anos um ciclo de conferências sobre os efeitos da pornografia. Nele entrevistaram especialistas de diferentes setores:

psicólogos, psiquiatras, sociólogos, juristas e antropólogos. Os textos das comunicações foram reunidos posteriormente no livro “Los costes sociales de la pornografia”, publicado recentemente em castelhano [James R. Stoner e Donna M. Hughes (ed.), Rialp, Madrid, 2014, 317 págs.]

A normalização da pornografia

O livro divide-se em três secções, juntamente com um resumo bibliográfico das investigações mais relevantes sobre o tema. Na primeira, exploram-se os danos provocados por uma autêntica “avalanche” de pornografia, como várias vezes a definem os autores. Os danos são estudados de um ponto

de vista cultural, neurológico e na sua relação com as condutas violentas e as relações sociais.

No primeiro dos ensaios, a escritora e jornalista Pamela Paul explica como a pornografia abandonou o canto escuro e clandestino que ocupava até à década de 80, e se instalou na cultura popular. Não se trata só de o material pornográfico estar muito mais acessível graças à Internet, não se trata apenas de serem produzidos anualmente mais filmes deste tipo (com uma prevalência preocupante, além disso, de pornografia violenta ou degradante); o mais grave, pensa Paul, é a sua crescente aceitação social: as jovens posam descaradamente em





atitudes pornográficas nas redes sociais; as estrelas porno surgem com frequência nas mesmas revistas sensacionalistas que cantores, atores e celebridades.

Parte desta normalização da pornografia foi conseguida graças a uma meditada estratégia de “desmitificação” deste tipo de material, eliminando a auréola de proibido que o rodeava e oferecendo-o, pelo contrário, como algo *sexy* e mesmo divertido. Paul recorda algumas comédias recentes onde os protagonistas se orientam para trabalhar na indústria pornográfica, sem que isso pareça interferir nas suas vidas correntes.

Um assunto de saúde pública

Jill C. Manning, terapeuta familiar que escreve um capítulo sobre a

influência da pornografia na mulher, recorda como lhe chamou a atenção ver uma adolescente que vestia uma camisa onde se podia ler: “futura estrela porno”. Aquilo fê-la refletir: “Que leva uma jovem a fazer tal anúncio? Qual é o seu significado? A quem espera ofender ou atrair? Quem tira proveito deste tipo de produtos? E se se trata de uma brincadeira, como e quando trabalhar na indústria do sexo se tornou divertido em vez de desesperado e abusivo?”.

O exemplo desta rapariga, e de muitos outros jovens que Manning pôde tratar na sua atividade de terapeuta familiar, levou-a a admitir que, lamentavelmente, hoje a pornografia está muito presente no dia a dia da juventude, e é a sua principal fonte de educação sexual.

Tendo em conta a mensagem que a pornografia envia aos seus consumidores sobre a relação homem e mulher, esta omnipresença do porno envolve um problema de saúde pública de primeira ordem. Mulheres e raparigas adolescentes enfrentam uma cultura sexual moldada pela pornografia, que influi no modo de se verem a si próprias e no tipo de relações que mantêm com os homens.

Como terapeuta, Manning constata que “as adolescentes toleram cada vez mais abusos emocionais, físicos e sexuais nas suas consultas”. A autora reflete com ironia sobre como as novas gerações de jovens renegam na prática as ideias feministas de tempos atrás, que reivindicavam a autodeterminação da mulher e a libertação de um domínio patriarcal.

»»



Problemas no casal

Todos os autores concordam em salientar alguns dos problemas associados à pornografia, recolhidos, além disso, por uma cada vez mais extensa bibliografia. A exposição reiterada a material pornográfico leva a que os seus consumidores tenham interpretações exageradas sobre a prevalência da atividade sexual entre a população em geral; que se reduza o seu desejo de conseguir a exclusividade sexual com um só parceiro (pelo que perde atrativo o ideal de se casar e de formar uma família); aumenta o risco de desenvolver uma baixa autoestima, sobretudo nas mulheres; gera uma imagem cínica do amor e uma visão da sexualidade como puro domínio sobre o outro.

Um dado revelador é que entre as mulheres que consumiram pornografia com assiduidade, seja diretamente ou por exposição no domicílio familiar, é muito mais frequente uma atitude de indulgência com os delitos de violação, ou com os maus tratos físicos. A ligação entre pornografia e legitimação da violência é cada vez mais clara para os investigadores e terapeutas.

Outra tendência claramente documentada é a prevalência cada vez maior de problemas relacionados com a pornografia nos casos de divórcio. Testemunhos de homens e de mulheres confirmam que foi prejudicial para a sua satisfação sexual, as suas relações e a sua capacidade no relacionamento íntimo com os seus cônjuges.

A maioria das mulheres encara como uma “traição” o consumo reiterado de material pornográfico por parte do seu parceiro. Pelo contrário, entre os homens, embora a opinião negativa sobre a pornografia seja maioritária, constata-se uma menor associação entre o seu consumo e a sensação de enganar a parceira. Várias associações de juízes afirmaram que o consumo de pornografia – quase sempre por parte do homem – é cada vez mais uma das causas principais nos litígios matrimoniais.

Um educador de comportamentos

Parte do êxito da pornografia deve-se a que reúne as condições para se converter num poderoso “educador” de comportamentos e





convicções: a plasticidade da imagem, combinada com a especial vulnerabilidade do cérebro em momentos de excitação mental, e os mecanismos de recompensa fácil que a pornografia oferece, fazem dela um instrumento muito eficaz para a doutrinação.

Norman Doidge, psiquiatra e psicanalista, examina como a pornografia se aproveita da plasticidade do cérebro em matéria sexual, até formar o que ele denomina “um novo mapa cerebral”. Retomando algumas teorias freudianas, Doidge explica que a libido humana “não é um desejo biológico invariável, manifestando-se sim por uma curiosa volubilidade, alterando-se com facilidade em

função da nossa psicologia e do nosso historial sexual”.

A exposição a material pornográfico na infância, um período crítico para a formação da sexualidade, é um fenómeno cada vez mais frequente, e pode gerar consequências que duram a vida toda. Além disso, a ligação rápida à Internet “satisfaz todos os pré-requisitos necessários para a mudança neuroplástica”.

Tendência para o violento

Doidge alerta sobre a mudança ocorrida nas últimas décadas a respeito da catalogação do material pornográfico: o que antes era considerado “pornografia suave”

nem sequer se considera pornográfico atualmente, e esse tipo de conteúdos é omnipresente em publicidade, videoclips ou séries para o público em geral; por seu turno, o que antes era “pornografia dura” constitui hoje a norma neste setor, enquanto que o material duro manifesta hoje uma perigosa tendência para o violento.

Esta mudança no paradigma da pornografia ajusta-se perfeitamente ao que se produz no cérebro do consumidor assíduo: a princípio sente repugnância perante determinados conteúdos, mas a habitação faz com que cada vez requeira uma dose mais forte para conseguir os mesmos resultados. Daí que uma das consequências



típicas do consumo frequente de pornografia, seja deixar de sentir apetência pelas relações normais com a parceira.

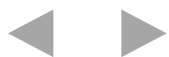
Não obstante, salienta Doidge, os mesmos mecanismos cerebrais que nos permitem adquirir gostos problemáticos podem, mediante tratamento intensivo, levar-nos a gerar mapas cerebrais mais sãos.

Uma falha antropológica de base

Na introdução do livro, explica-se que não é possível entender o drama da pornografia concentrando-se apenas na evidência dos danos sociais provocados; faz falta entender por que é nociva para o homem de um ponto de vista antropológico.

A isso se dedica a segunda parte do livro, sobretudo o capítulo de Roger Scruton, filósofo e escritor. A tese principal de Scruton é que a pornografia aliena a sexualidade por eliminar dela o seu elemento fundamental: a entrega ao outro, a interpessoalidade.

F. R.-B. ■



DOCUMENTAÇÃO



Mitos modernos sobre o desejo sexual

Num dos capítulos do livro já referido “Los costes sociales de la pornografía” [James R. Stoner e Donna M. Hughes (ed.), Rialp, Madrid, 2014, 317 págs.], o filósofo Roger Scruton argumenta que para avaliar a conduta sexual não basta considerar se se respeita a liberdade e se existe consentimento mútuo. A discussão deve centrar-se na própria natureza do ato sexual e no desejo expresso através dele. Na sua opinião, o modo de ver hoje o comportamento sexual baseia-se em cinco mitos.

O primeiro mito estabelece que o desejo sexual é o desejo de um tipo particular de prazer, localizado nos órgãos sexuais. (...) A

outra pessoa é um estímulo do desejo, mas não objeto do mesmo. (...) Este mito tem como efeito a eliminação do desejo e do prazer sexuais na esfera das respostas interpessoais, e a sua reconstrução como puros apetites sensoriais, similares ao desejo e ao prazer de se arranhar.

Por que motivo as pessoas acreditam em algo assim? Do meu ponto de vista, as razões predominantes são duas. A primeira é que simplifica os fenómenos sexuais, tornando-os intelectualmente manejáveis. O sexo é equiparado ao ato de comer e ao de beber: o desejo é dirigido para uma gratificação sensorial, e faz parte da busca geral de prazer do organis-

mo animal. (...) Este prazer envolve uma ajuda no processo reprodutivo, do mesmo modo que o prazer de comer ajuda o organismo na alimentação.

A outra razão que leva a acreditar neste mito é que simplifica os fenómenos sexuais, tornando-os moralmente manejáveis. Se o sexo é como o ato de comer, as relações pessoais, o compromisso e outros aspetos ficam descartados do ponto de vista moral. Os requisitos de moralidade mais elementares estarão satisfeitos sempre e quando a outra pessoa se sente conosco para desfrutar da comida voluntariamente. Talvez deva cuidar da dieta, mas só por motivos de saúde. Os velhos aspetos

»»



aos quais se devia prestar atenção, como a vergonha, a honra, o dever conjugal e outros semelhantes, são (...) meras miudezas de uma era na qual o “sexo seguro” era difícil de garantir.

Uma mera técnica

O segundo mito é que a satisfação sexual depende de fatores como a intensidade e a duração do prazer sensorial (...) e que o “sexo bom” depende de que se façam bem as coisas. (...) Tal como o mito anterior, serve para simplificar o fenómeno do sexo, tanto objetiva como moralmente. Redu-lo a uma técnica cuja descrição mais adequada é a de arte, e representa-se como um meio (...): “instrumentaliza” o ato sexual.

O terceiro mito é de um tipo diferente, visto que procura ter um carácter científico, ou pelo menos pretende-o. É o mito de que os impulsos sexuais têm de ser expressos, e que qualquer tentativa de “os reprimir” é prejudicial do ponto de vista psicológico. As origens deste mito encontram-se nas teorias de Freud, que, todavia, não apoiava a visão de que a repressão seja prejudicial. (...).

A este terceiro mito associa-se um quarto, segundo o qual só existe um tipo de desejo sexual, independentemente da natureza daquilo que o desperte: (...) uma mulher, um homem, um animal ou um ser imaginário. (...) Não há nada no próprio impulso que exija um tipo particular de parceiro. A “orientação” sexual, como se de-

nomina atualmente, é pura e simplesmente um hábito de excitação arraigado, treinado com base num objeto particular.

Este mito adere naturalmente aos outros três, mas as razões para o adaptar são muito diferentes: o desejo de rever, e mesmo abolir, a ideia tradicional de normalidade sexual, visto que o quarto mito abre o caminho para a conclusão de que não existe tal normalidade sexual, e que a homossexualidade (por exemplo) não é em si mesma uma perversão. As condutas homo e heterossexuais utilizam diferentes instrumentos, mas a sua finalidade é a mesma, e qualquer argumento de distinção entre o bem e o mal aplica-se de maneira idêntica em ambas. Não deve haver coerção, fraude nem engano, e cada membro do casal deve ser





aberto e honesto com o outro, mas o seu sexo carece de relevância no momento de classificar a moralidade do ato.

Sem vergonha nem culpa

Por último, o quinto dos mitos modernos sobre o sexo, e o mais importante em muitos aspetos, diz-nos que atitudes como a vergonha, a culpa e a aversão são doentias. (...) Grande parte da educação sexual atual foi definida como uma terapia para mitigar a culpa e a vergonha, uma maneira de conseguir que os jovens aceitem os seus impulsos sexuais e encontrem maneiras de os expressar sem se sentirem mal a esse respeito. O progresso moral leva-nos a libertar-nos do nosso juízo interno, a aprender a expressar a nossa sexualidade em liber-

dade e a superar o sentimento de culpa irracional, que provém dos outros e não do nosso verdadeiro eu interior.

Estou de acordo com a afirmação de que devemos encontrar maneiras de expressar os nossos desejos sexuais sem sentir culpa nem vergonha. Mas acho também que estes sentimentos são muitas vezes justificados, e que o que nos exigem não é adotarmos uma terapia que nos permita eliminá-los, mas abraçarmos uma conduta com a qual possamos evitá-los. (...).

Desejar a outra pessoa

O desejo sexual é uma emoção entre pessoas, na qual sujeito e objeto se enfrentam enquanto indivíduos. Por isso, o desejo se-

xual tal como o conhecemos é próprio dos seres humanos. Ao descrever o desejo sexual, estamos a explicar o desejo de John por Mary, ou o de Jane por Bill. E as pessoas não só descrevem os seus desejos, como o meu desejo por ti; também o experimentam assim. “Desejo-te” não é uma figura de retórica, mas a expressão real do que sentimos. (...).

A excitação sexual não é um estado corporal, embora acarrete certas mudanças no organismo. Trata-se de um processo da alma, o despertar sustentado de uma pessoa por outra, através de toques, olhares e carícias. A troca de olhares é especialmente importante, e ilustra uma característica geral das relações pessoais. As pessoas, tal como os animais, *observam-se* externamente. Mas

»»



também olham o *interior* do outro, sobretudo quando se excitam mutuamente. O olhar do desejo é como uma citação, uma chamada ao outro eu para que se mostre, entrelaçando a sua própria liberdade e individualidade com o feixe de luz que o chama. (...).

As pessoas são indivíduos no firme sentido de serem *identificados*, tanto por si próprios, como pelos outros, enquanto únicos, insubstituíveis e *sem substitutos possíveis*. Isto é algo que Kant procurou expressar na sua teoria das pessoas como “fins em si mesmos”. (...) Disso se deduz que, nas relações pessoais onde

o próprio eu e o outro se relacionam como sujeito e objeto, cada um vê o outro como único, sem substituto, o que tem um impacto imediato sobre o desejo sexual. Ao John frustrado no seu desejo por Mary não se pode oferecer Jane como substituta. Alguém que afirma: “Podes tentá-lo com Jane; falá-lo-á igualmente bem”, não compreende o *que* quer John quando deseja Mary.

Também se depreende que o desejo exige negociações complexas, comprometidas e potencialmente embaraçosas, e que, sem elas, a intimidade sexual é suscetível de produzir repugnância por

si próprio. Quando as raparigas se queixam das violações por pessoas conhecidas, têm em mente este tipo de fatores. Não negaram necessariamente o consentimento ao que sucedeu. Pode ser que o fizessem exteriormente, mas não foi assim interiormente, e não se deram conta disso até demasiado tarde. O consentimento tem de ser preparado através de elaborados jogos e relações íntimas, nos quais ambas as partes da transação desdobram de forma avisada a sua liberdade e a sua responsabilidade.

R. S. ▣

**Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)**

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt